

METODOLOGIA ATIVA COMO PROPOSTA DE EXECUÇÃO DE OFICINAS PARA ATORES PNAE QUANTO AOS 10 PASSOS DA CHAMADA PÚBLICA

ACTIVE METHODOLOGY AS A PROPOSAL FOR EXECUTING WORKSHOPS FOR PNAE ACTORS REGARDING THE 10 STEPS OF THE PUBLIC CALL

METODOLOGÍA ACTIVA COMO PROPUESTA PARA LA EJECUCIÓN DE TALLERES PARA ACTORES DEL PNAE SOBRE LOS 10 PASOS DE LA CONVOCATORIA PÚBLICA

Viviane Ferreira dos Santos

Viviany_ferreira@mail.uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-0174-4146>
Universidade Federal do Tocantins

Caroline Roberta Freitas Pires

carolinerfpires@mail.uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1427-7276>
Universidade Federal do Tocantins

Eloise Schott

eloise@mail.uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3852-1894>
Universidade Federal do Tocantins

Clemilson Antônio da Silva

clemilson.silva@professor.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0009-0006-1490-7975>
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

A agricultura familiar como parte das ações desenvolvidas dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assume papel importante na contribuição da redução da (in) segurança alimentar e nutricional (SAN), promoção de hábitos saudáveis, e a valorização sociobiodiversidade. Este trabalho teve por objetivo realizar oficinas regionalizadas com uso de metodologias ativas para os atores do PNAE pertinentes às duas pontas da cadeia de oferta e demanda da agricultura familiar no Estado do Tocantins. Para execução, estas foram sistematizadas em 3 etapas, sendo elas; 1) análise para seleção dos municípios polos, 2) convite aos municípios, atores PNAE e órgãos de interesse, 3) elaboração e execução das oficinas, sendo estas pautadas nos princípios da metodologia ativa. As oficinas foram divididas em 7 momentos: 1) quebra-gelo, que teve como proposta incentivar a interação e conexão entre os participantes; 2) Exposição dialogada; 3) estudo de caso, que buscou aprofundar situações específicas do PNAE e leva os participantes a discussão das complexidades do Programa; 4) Dinâmica dos 10 passos para a aquisição da agricultura familiar; 5) Roda de conversa; 6) Avaliação das atividades. Foram executadas uma série de 5 oficinas, com um total de 232 atores PNAE distribuídos em 71 municípios do Estado do Tocantins. O polo de Palmas teve o maior número de participantes com 36,64% (85) atores do PNAE, seguido do polo de Araguaína com 28,45% (66), polo de Augustinópolis na terceira posição com 15,52% (36), e em menor número de participação os municípios dos polos de Gurupi e Dianópolis com 10,4% (24) e 9,05% (21), respectivamente. As oficinas contribuíram para a promoção de novos saberes e o compartilhamento de experiências, tais como: operacionalização do PNAE, com ênfase na programação dos recursos financeiros, processos de compras: chamada pública e licitação e aspectos nutricionais dos cardápios. proporcionando discussões coletivas, que permitiram aos cursistas assumirem uma postura mais crítica e reflexiva sobre os temas discutidos. O presente estudo mostrou também a carência e importância de ações e oficinas regionalizadas de modo continuado, a fim de atender as necessidades do Programa no Estado do Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; sustentabilidade; alimentação escolar; Ludicidade.

ABSTRACT

Family farming, as part of the actions developed within the National School Feeding Program (PNAE), plays an important role in contributing to the reduction of food and nutritional insecurity (FNS), the promotion of healthy habits, and the valorization of socio-biodiversity. This work aimed to conduct regionalized workshops using active methodologies for PNAE stakeholders relevant to both ends of the family farming supply and demand chain in the state of Tocantins. These workshops were systematized into three stages: 1) analysis to select hub municipalities; 2) invitation to municipalities, PNAE stakeholders, and stakeholders; 3) workshop design and execution, based on the principles of active methodology. The workshops were divided into seven phases: 1) icebreaker, which aimed to encourage interaction and connection among participants; 2) dialogued presentation; 3) case study, which sought to delve deeper into specific PNAE situations and lead participants to discuss the complexities of the Program; 4) 10-step dynamics for acquiring family farming; 5) Discussion circle; 6) Activity evaluation. A series of five workshops were conducted with a total of 232 PNAE participants distributed across 71 municipalities in the state of Tocantins. The Palmas hub had the largest number of participants, with 36.64% (85) PNAE stakeholders, followed by the Araguaína hub with 28.45% (66), the Augustinópolis hub in third place with 15.52% (36), and the Gurupi and Dianópolis hub municipalities with the lowest participation rates, with 10.4% (24)

and 9.05% (21), respectively. The workshops contributed to the promotion of new knowledge and the sharing of experiences, such as: operationalization of the PNAE, with an emphasis on financial resource planning, procurement processes (public calls and bidding), and nutritional aspects of menus, providing collective discussions, which allowed participants to adopt a more critical and reflective stance on the topics discussed. This study also demonstrated the lack and importance of ongoing regionalized actions and workshops to meet the needs of the Program in the State of Tocantins.

KEYWORDS: Training; sustainability; school meals; Playfulness.

RESUMEN

La agricultura familiar, como parte de las acciones desarrolladas en el marco del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), desempeña un papel importante en la reducción de la inseguridad alimentaria y nutricional (SAN), la promoción de hábitos saludables y la valorización de la sociobiodiversidad. Este trabajo tuvo como objetivo realizar talleres regionalizados utilizando metodologías activas para los actores del PNAE relevantes en ambos extremos de la cadena de oferta y demanda de la agricultura familiar en el estado de Tocantins. Estos talleres se sistematizaron en tres etapas: 1) análisis para seleccionar municipios polo; 2) invitación a municipios, actores del PNAE y partes interesadas; 3) diseño y ejecución del taller, con base en los principios de la metodología activa. Los talleres se dividieron en siete fases: 1) rompehielos, cuyo objetivo fue fomentar la interacción y la conexión entre los participantes; 2) presentación dialogada; 3) estudio de caso, que buscó profundizar en situaciones específicas del PNAE y llevar a los participantes a discutir las complejidades del Programa; 4) Dinámica de 10 pasos para la adquisición de la agricultura familiar; 5) Círculo de discusión; 6) Evaluación de la actividad. Se realizó una serie de cinco talleres con un total de 232 participantes del PNAE distribuidos en 71 municipios del estado de Tocantins. El polo de Palmas tuvo el mayor número de participantes, con 36,64% (85) actores del PNAE, seguido del polo de Araguaína con 28,45% (66), el polo de Augustinópolis en tercer lugar con 15,52% (36), y los municipios de los polos de Gurupi y Dianópolis con las tasas de participación más bajas, con 10,4% (24) y 9,05% (21), respectivamente. Los talleres contribuyeron a la promoción de nuevos conocimientos y al intercambio de experiencias, tales como: la operacionalización del PNAE, con énfasis en la programación de recursos financieros, procesos de compra (convocatorias públicas y licitaciones), y aspectos nutricionales de los menús, proporcionando discusiones colectivas, que permitieron a los participantes adoptar una postura más crítica y reflexiva sobre los temas tratados. Este estudio también demostró la falta y la importancia de acciones y talleres regionalizados continuos para atender las necesidades del Programa en el Estado de Tocantins.

PALABRAS CLAVE: Formação; sustentabilidade; alimentação escolar; Ludicidade.

INTRODUÇÃO

Reconhecido internacionalmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa avanços no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada - DHAA, por garantir o acesso à alimentação para milhões de estudantes brasileiros, sendo para muitos destes a principal ou única refeição do dia (Sperandio; Morais, 2021).

Falar sobre segurança alimentar é recordar a incomensurável contribuição de Josué de Castro, e de seus aportes que seguem presentes nos dias atuais, vivos na paisagem social brasileira em regresso ao mapa da fome (Chacon 2023). A repulsa da participação social e os ataques ao Estado Democrático de Direito nos últimos 10 anos acelerou os resultados agravantes da insegurança alimentar e nutricional vividos no país, comprometendo a tomada de decisão de políticas públicas institucionais que visam minimamente mitigar o abismo social presente no país (Campello; Bortoletto, 2022).

Nessa perspectiva que norteia a soberania e (in)segurança alimentar, salta em evidência a emergência da Sindemia Global que relacionam a coexistência de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as quais representam uma ameaça à saúde planetária (Swinburn et al., 2019). Por sua vez o PNAE que assume o papel de política pública obstinada nos alicerces dos princípios e diretrizes da alimentação escolar defende e proporciona a oferta de refeições de qualidade, que respeitem as tradições culturais locais e provenham de sistemas alimentares ambientalmente, economicamente e socialmente sustentáveis e justos (Brasil, 2020).

A garantia dos aspectos que norteiam a acessibilidade a alimentação com respeito ao ecossistema e a biodiversidade acontece com a inserção e permanência dos pequenos agricultores junto ao PNAE, fato que já é previsto desde a promulgação da Lei nº 11.947/2009, mas que tomou

maiores proporções com a atualização da Resolução CD/FNDE 06/2020 que rege o Programa, a qual torna obrigatória a aquisição de no mínimo 30% da agricultura familiar, sob pena de devolução de recursos em casos não justificáveis (Brasil 2009, Brasil 2020).

Para além da oferta de alimentos nutritivos aos escolares, a agricultura familiar assume papel importante na contribuição da redução de emissão dos Gases de Efeito Estufa - GEE (Elias, 2023). Inserida no Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com Vistas ao Desenvolvimento Sustentável (Plano ABC+), a agricultura familiar assume papel relevante e indica avanço significativo a incorporação de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis, sendo apontada como proposta promissora para a retardo do aquecimento global (Conceição, 2024).

Mudanças no estilo de vida e adoção de dietas sustentáveis, baseadas no consumo de alimentos saudáveis de baixo impacto ambiental, torna-se a melhor proposta de inversão e retardo da ameaça da sindemia global (Hendler, Ruiz; Oliveira, 2023). Em linhas gerais, o entendimento de dietas sustentáveis estaria apontado em cinco domínios: saúde, economia, meio ambiente, sociedade e agricultura (Hendler; Ruiz; Oliveira, 2023; Sonnino, 2019; Swinburn et al., 2019).

Partindo dessa perspectiva, observa-se um crescente reconhecimento do poder de compra no âmbito da alimentação escolar, capaz de alinhar questões de saúde pública, desenvolvimento econômico, democracia e sustentabilidade, com vistas a construção de cardápios escolares mais sustentáveis e saudáveis, promovendo a ancestralidade, soberania e segurança alimentar (Sonnino, 2019; Simoncin et al., 2024).

Compreender o PNAE como meio primordial de acesso ao mercado pela agricultura familiar reduz as limitações para inserção desses produtores no mercado institucional, promove a articulação destes com outras políticas sociais e fortalece a concepção de um espaço ambientalmente e socialmente mais justo (Silva et al., 2020).

Assim o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em 2023 dispôs de notas técnicas, cartilhas e outros dispositivos que promete desburocratizar as chamadas públicas, sobretudo para as comunidades tradicionais, de modo a garantir alimentos da sociobiodiversidade nas escolas públicas, visto que a baixa presença ou mesmo inexistências desses produtos e agricultores é uma realidade presente no país, fato que se contrapõe a toda riqueza das nossas florestas (Girardi et al., 2018; Rockett et al., 2019).

Para além do empenho dos órgãos governamentais em disponibilizar instrumentos para tal efetivação, há a carência emergente da participação, empoderamento e organização dos atores do Programa a fim de fomentar a política em âmbito local, pois é evidente que ainda há uma grande parcela de atores PNAE envolvido no processo de aquisição de alimentos, os quais desconhecem ou não cumpre as recomendações para o Programa, assim como há falhas na integralização entre a gestão e a execução. Desta forma este trabalho tem por objetivo realizar oficinas regionalizadas com uso de metodologias ativas para o encontro e diálogo entre os atores do PNAE pertinentes às duas pontas da cadeia de oferta e demanda da agricultura familiar no Estado do Tocantins.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa descritiva, do tipo relato de experiência, cujo desenho metodológico pautou-se no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (Brasil, 2012) e nos princípios norteadores da pedagogia libertadora pensada pelo educador Paulo Freire, com foco nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem para os assuntos de interesse do PNAE. O relato de experiência permite a investigação qualitativa, conduzida em múltiplos contextos, de forma a privilegiar a compreensão de comportamentos na perspectiva do sujeito, em contato mais estreito, aprofundado e rico em

detalhes sobre determinado assunto ou realidade que não pode ser quantificada dadas as complexidades e o dinamismo das interações e das experiências humanas (Bogdan; Biklen, 1994; Ludke; André, 1986)

Este estudo fez parte do projeto "Oficinas regionais para o levantamento da demanda da alimentação escolar e da produção da agricultura familiar para a boa execução do PNAE", executada de forma presencial em cinco municípios polos do estado do Tocantins no período de junho a setembro de 2023, tendo como participantes atores do PNAE destes municípios e de municípios das regiões geográficas imediata a estes, a fim de contemplar os 139 municípios. Para o planejamento e execução das oficinas, seguiu-se a seguinte sistematização:

Etapas 1: Análise estratégica para escolha de 5 municípios, os quais pudessem servir como unidade polo para receber as formações. Assim foi determinando uma distância mínima de 150 km entre os possíveis candidatos, de modo que essas cidades estratégicas pudessem facilitar a participação das Entidades Executoras – EEx vizinhas e assim contemplar toda a abrangência do Estado e garantir a participação do maior número de municípios. Ainda como critério de escolha, esses municípios deveriam apresentar localização geográfica de fácil acesso para transporte público, a viabilizar o deslocamento dos convidados até o local do evento; ter estrutura física para receber os atores PNAE; disponibilizar recursos humanos para apoio e sobretudo, se dispor a sediar o evento;

Etapas 2: Após seleção criteriosa para escolha dos municípios polos, foi formalizado o convite via ofício para os municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi, Augustinópolis e Dianópolis. Concomitantemente a essa atividade foram encaminhados cards e ofícios de convites para a vigilância sanitária - VISA de cada município; Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins; Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Secretaria de Desenvolvimento Rural; Secretarias Municipais de Educação, Secretaria Estadual de Educação; agricultores familiares e nutricionistas do PNAE dos municípios das regiões geográficas imediatas e de cada polo;

Etapas 3: Execução das oficinas: a condução aconteceu de forma dialógica, com uso de metodologia ativa, uso de recursos audiovisuais e material pedagógico, os quais tiveram como foco os 10 passos para aquisição da agricultura familiar. Assim as oficinas foram divididas em 3 momentos, sendo:

Primeiro momento: Dinâmica de quebra gelo. Nesse momento todos os participantes receberam um recorte de papel, uma caneta e um balão, na sequência fizeram sua identificação (nome, função e município de atuação) essas informações foram colocadas dentro do balão, o qual posteriormente foi inflado. Embalado pelo som de uma música divertida e alegre, os participantes tinham como missão manter os balões no ar, e ao cessar da música, todos deveriam ter em posse um balão, o qual foi estourando em seguida, procedendo com a devida apresentação do ator PNAE;

Segundo momento: Contextualização do PNAE e a Segurança Alimentar e Nutricional. Para esse momento utilizou-se de apresentação de conteúdo sobre a trajetória histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Leis e Resoluções e novas atualizações de interesse para o Programa e garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada;

Terceiro momento: Estudo de caso. Para a elaboração foi adotado os conceitos descritos por Paixão et al., (2024) que destacam que o estudo de caso permite o desenvolvimento de habilidades exigidas na vida real. Assim, este deve apresentar formato narrativo; instigar a curiosidade dos participantes acerca do tema; ser atual; apresentar-se de modo empático para com os profissionais; ter diálogos; deve ser relevante; ser útil pedagogicamente; apresentar um conflito; ser decisivo; ser genérico; e por fim deve ser curto. Considerando os ideais dos referidos autores, o estudo de caso da referida dinâmica, abordou a definição dos recursos financeiros por aluno/ano advindos da União, contribuição orçamentaria por parte da gestão local; trâmites administrativos dos processos de

compras, tais como: pregão eletrônico e chamada pública da agricultura familiar, com ênfase nas peculiaridades da condução de cada um deles. Nessa atividade os participantes foram divididos em cinco grupos, cada grupo recebeu folhas de papel pardo, pincel atômico e o estudo de caso. Após leitura e discussão deste, utilizou-se os conceitos e recomendações da Resolução CD/FNDE 06/2020 para solução dos problemas propostos. Os integrantes retrataram no cartaz da folha de papel pardo as situações atribuídas em relação a questões orçamentárias do PNAE (cálculo dos recursos de acordo com as modalidades de ensino apresentada no estudo e forma correta para gasto dos recursos conforme classificação dos alimentos de acordo com a Resolução CD/FNDE 06/2020), apontaram as problemáticas para a chamada pública, licitação de gêneros alimentícios, atribuições do nutricionista e da entidade executora. Findando esse momento, todos os grupos fizeram a apresentação das situações elencadas e quando pertinente às intervenções foram realizadas;

Quarto momento: Dinâmica: “Pegadas verdes, trilhando a cultura alimentar”. Os participantes foram divididos em cinco grupos, os quais elegeram um representante, este assumiu a função de “peão do jogo”, recebendo duas pegadas em material de E.V.A, para o seu deslocamento e movimentação pelo espaço delimitado como “trilha”. Ao longo desta foi disposto numeração de 1 a 10 e dicas que correspondiam aos passos da chamada pública. No início da trilha tinha à disposição uma sacola de T.N.T com os 10 passos para a aquisição da agricultura familiar, o “peão” do grupo deveria fixá-los, um por vez no seu devido lugar de correspondência, sempre se locomovendo em cima das pegadas, percorrendo o espaço delimitado da trilha, até completar todo o esquema corretamente (Figura 1).

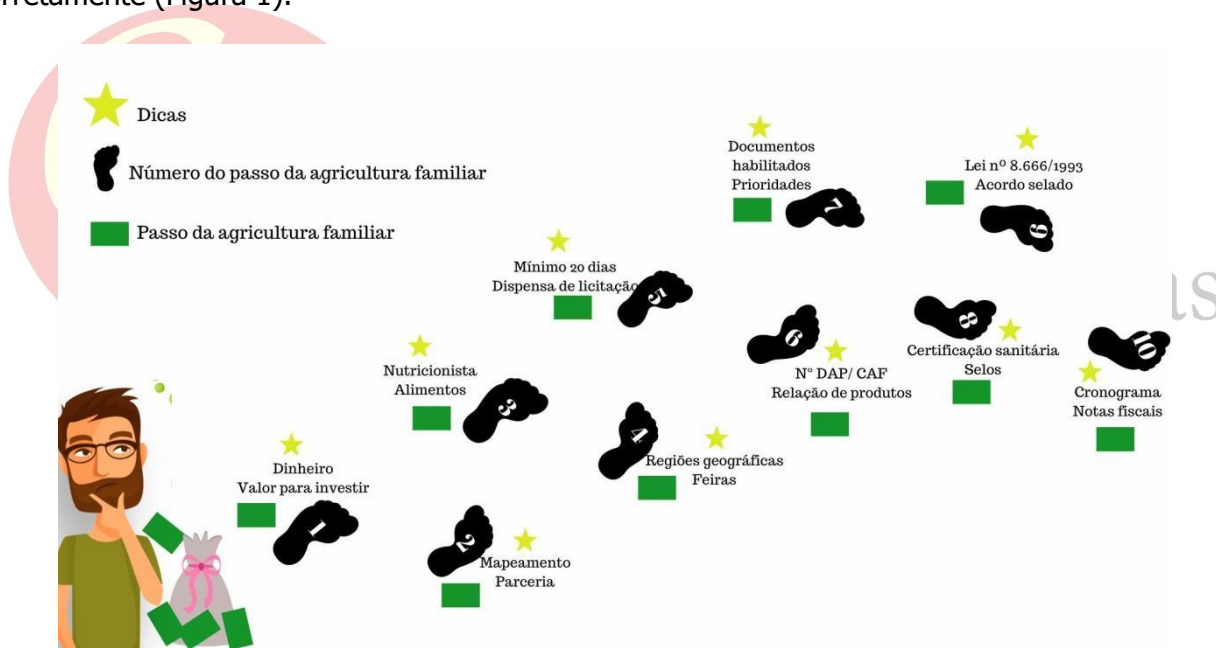


Figura 1: Dinâmica: “Pegadas verdes, trilhando a cultura alimentar”
Fonte: os autores.

Quinto momento: Roda de conversa, com socialização dos enfrentamentos da agricultura familiar nos municípios tocantinenses, momento de escuta e compartilhamento de experiências exitosas,

Sexto momento: Avaliação das atividades desenvolvidas. Assim foi utilizada uma ficha adaptada da escala hedônica do teste de aceitabilidade da alimentação escolar (Brasil, 2017), onde os critérios sobre conteúdo abordado, alcance dos objetivos, didática, oportunidade de fala e duração do evento poderiam ser avaliados em ótimo, bom, regular, ruim ou muito ruim. No instrumento avaliativo os participantes indicaram qual a melhor expressão verbal para cada uma das

cinco variáveis apresentadas. Estes poderiam ainda deixar evidenciado críticas e sugestões para as próximas formações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram das 5 oficinas um total de 232 atores PNAE distribuídos em 71 municípios do Estado do Tocantins. O polo de Palmas teve o maior número de participantes com 37% (85) atores do PNAE, seguido do polo de Araguaína com 28% (66), Augustinópolis na terceira posição com 16% (36), e em menor número de participação os polos de Gurupi e Dianópolis com 10% (24) e 9% (21) respectivamente, conforme apresentado na Figura 2.

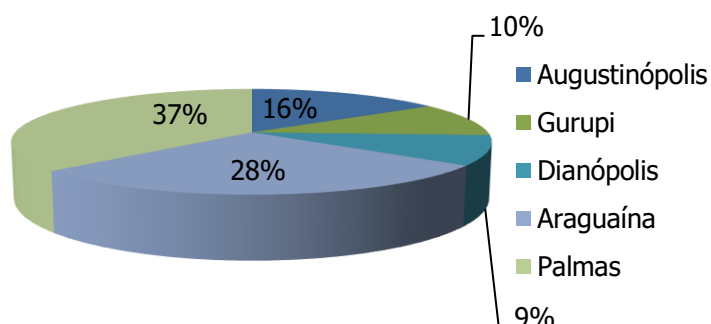


Figura 2: Percentual de participantes por municípios polos das oficinas de fortalecimento da agricultura familiar do estado do Tocantins
Fonte: os autores.

As oficinas contaram com a presença de representantes dos conselheiros da alimentação escolar, nutricionistas, gestores da educação, agricultores familiares, vigilância sanitária, Ruraltins, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura e Secretaria de Desenvolvimento Rural. No primeiro momento das oficinas foi realizada uma dinâmica de quebra gelo (Figura 3). Esta teve por finalidade a apresentação e aproximação dos participantes, para as etapas seguintes, como consequência tornou o ambiente mais descontraído, gerando ânimo e interação entre os cursistas.



Figura 3: Dinâmica de quebra gelo
Fonte: os autores.

Seguido da dinâmica de quebra gelo, foi realizado um momento de estudo e debate sobre a contextualização histórica da trajetória do PNAE até os dias atuais. Com abordagem dialógica nas prerrogativas da prática extensionista Freiriana, de modo em que os atores PNAE, pudessem participar da construção do diálogo, a qual se deu pelo uso de recursos áudio visuais com exposição da linha cronológica dos principais marcos do Programa, com ênfase maior nas Leis e Resoluções que vigoram na atualidade, sendo elas a Lei 11.947/2009 e a Resolução CD/FNDE 06/2020 (Brasil, 2009; Brasil, 2020).

A exposição e discussão dos dados científicos sobre a execução do PNAE no Brasil e no Estado do Tocantins aconteceram de forma norteadora, numa abordagem de contribuições coletivas das vivências dos atores cursistas em seus municípios, mediada por uma nutricionista dirigente da oficina. O debate em grupo tem o poder de traduzir em linguagem simples e real as transcrições das Leis e Resoluções que por muitas vezes aos atores do PNAE não se faz audíveis, dada a sua complexidade de leitura e interpretação, características intrínsecas dos documentos institucionais, que são carregados de excesso de rebuscamento, formalismos e de terminologias difíceis. Deggerone et al. (2023) falam que essa combinação de saberes leva à sociedade os conhecimentos adquiridos e produzidos pela academia e também compartilham saberes através da interação dialógica com os atores sociais. Os referidos autores ainda fazem uma referência de que a interação propicia contrapontos importantes para a eficácia e aplicação das políticas públicas.

O uso do estudo de caso (Figura 4), com abordagem de temas comuns da vida prática dos atores PNAE, endossou uma série de discussões intensas e realistas das intempéries vividas por estes, dada a proximidade dos fatos descritos no estudo com a realidade vivida em suas EEx. O uso dessa metodologia deixou os participantes da oficina confortáveis e no direito de fala para explanar sobre os tópicos sugeridos na leitura. Mesmo que os grupos de discussões tenham sido compostos por integrantes de municípios distintos, foi possível constatar a ocorrência de “problemas e situações” comuns, e a partilha e discussão destes, permitiu aos participantes conforto e confiança para socialização e análise dos fatos frente às adversidades da prática na atuação no Programa.



& Ideias

Figura 4: Estudo de caso
Fonte: os autores.

Bonney (2015) fala que o estudo de caso é um método altamente adaptável que envolve a aprendizagem baseada em problemas e promove o desenvolvimento de habilidades analíticas dos participantes em oficinas. Como estratégia pedagógica, os estudos de caso permitem aos envolvidos integrar a teoria com situações da vida real à medida que concebem soluções para os cenários cuidadosamente concebidos (Seshan et al., 2021). O Estudo de Caso é uma metodologia problematizadora utilizada com o intuito de proporcionar contato com situações do contexto atual da vida profissional, estimula a tomada de decisões para analisar e resolver determinados problemas a partir de diversos pontos de vista, possibilitando, dessa maneira, maior sucesso nas mesmas (Paixão et al., 2024). Kunkel et al., (2024) afirmam que o processo de criação de estudos de caso pode ser utilizado por educadores para o ensino em todos os seus currículos e para avaliar a competência dos aprendizes. Santos et al. (2024) afirmam que a metodologia ativa, com uso de recursos audiovisuais, materiais pedagógicos (cartazes, maquetes, recortes) jogos, dramatização, teatro gincanas e outros, são recursos valiosos para atividades educativas propostas em diversas etapas da vida, promovendo os princípios da autonomia, o reforço do trabalho em equipe e o protagonismo dos profissionais.

Tais evidências citadas pelos referidos autores foi possível constar na dinâmica “pegadas verdes, trilhando a cultura alimentar” essa “brincadeira” teve como proposta abordar os 10 passos da chamada pública para a aquisição da agricultura familiar, e para além dos conceitos técnicos e operacionais exigidos no PNAE, a dinâmica trouxe à tona a leveza, diversão e competitividade natural de um jogo. A euforia, animação e integração entre participantes dado o interesse genuíno em montar a estratégia correta a fim de se tornarem “vencedores” da competição (Figura 5).



Figura 5: Dinâmica: pegadas verdes, trilhando a cultura alimentar
Fonte: os autores.

A partir do desenvolvimento dessa atividade, foi possível identificar que grande parte dos participantes aplicavam no dia a dia uma ideia reducionista quanto à execução da chamada pública em seus municípios. Dada a dificuldade e inseguranças em preencher alguns passos da “trilha”. Essa dificuldade foi observada para os passos:

Passo 1: Orçamento - Nessa etapa deve-se ter bem definido a programação dos recursos financeiros, assim o FNDE preconiza que minimamente 30% destes sejam aplicados para a compra dos produtos da agricultura familiar. Entretanto, grande parte dos participantes desconheciam esse passo como sendo o primeiro de todo o processo;

Passo 2: Articulação entre os atores - Este passo sugere que as entidades executoras (secretarias) façam ampla articulação com os atores de apoio ao Programa, tais como: secretarias do meio ambiente e agricultura, órgão de assistência técnica e extensão rural e os próprios agricultores familiares. Essa articulação permite mapear os alimentos produzidos na região. A dificuldade dos participantes em preencher corretamente a lacuna do passo 2, retrata a pouca compressão dessa etapa e complexidade da sua ausência na correta execução no processo de aquisição;

Passo 4: Pesquisa de preço - A resolução CD/FNDE 06/2020 recomenda que essa pesquisa seja feita em no mínimo 3 feiras dos pequenos agricultores, atribuindo o preço justo para comercialização. Entretanto, vários relatos conflituosos dos participantes, foram de incertezas, ao considerar a realidade local, a qual se fazia pesquisa de preço da chamada pública nos supermercados. Tal conflito gerou dúvida e demora dos participantes ao preencher a “trilha” na referida dinâmica;

Passo 6: Projeto de venda - Nessa etapa, é recomendado que o agricultor elabore um projeto de venda dos seus produtos com base nos itens descritos na chamada pública, estando de acordo com sua capacidade de produção. Nessa etapa, o pequeno agricultor pode buscar ajuda junto à secretaria de educação e à própria assistência técnica e extensão rural. O que se ouviu durante a discussão da oficina, é de que muitos agricultores, por falta de assistência e apoio deixam de concorrer ao edital por não saberem elaborar o documento,

Passo 7: Seleção de projeto de venda - Essa etapa refere-se a correta seleção e habilitação dos candidatos. Entretanto, foi notado fragilidade quanto a compressão dos termos corretos a que se pede este passo. Visto que, a Resolução CD/FNDE 06/2020 aponta critérios específicos e bem delimitados para ordem de seleção, como; ser agricultor de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) e grupo de mulheres; localização geográfica das terras do agricultor (imediata, intermediária) e tipo de Cadastro do Agricultor Familiar (CAF). Foi notório a dúvida e dificuldade dos grupos em preencher corretamente esse passo, dado a complexidade de interpretação dos conceitos exigidos para a etapa.

Desta forma essas atividades desenvolvidas com atores PNAE, sobretudo com os agricultores familiares, geram o aperfeiçoamento do conhecimento, permitindo a construção, retenção e replicação do mesmo. O PNAE é ambiente plural que envolve a participação dos mais diversos atores de segmentos distintos, sendo essencial trabalhar ativamente na formação para além da transmissão de conteúdo, e de preferência com recurso de abrangência acessível e discurso claro, de forma a gerar habilidades sociais e de instigar o potencial dos participantes. Ao final da dinâmica os atores PNAE foram organizados em uma roda de conversa com intuito de socialização, troca de experiências ou mesmo tirar dúvidas. Após esse momento de escuta e partilha, os atores PNAE da oficina puderam avaliar e comentar as atividades desenvolvidas na oficina.

O gráfico da Figura 6 apresenta os dados da avaliação das oficinas, onde buscou-se identificar a opinião dos participantes quanto ao conteúdo abordado, alcance dos objetivos propostos, didática, participação de fala e duração do evento, diante disso esses atributos poderiam ser classificados como "ótimo, bom, regular, ruim e ou muito ruim". Em aspectos gerais as oficinas foram classificadas como ótimas, onde 88,97% afirmaram que o conteúdo abordado apresentou relevância para a formação dos atores PNAE, 74,80% disseram que os objetivos propostos na oficina para engajamento e empoderamento de atores PNAE no desenvolvimento da agricultura familiar foram alcançados, 83,78% elogiaram a didática utilizada, por meio de metodologia ativas em formato de dinâmicas, brincadeiras e jogos, 79,46% acharam ótimo o momento de fala para troca de experiências.

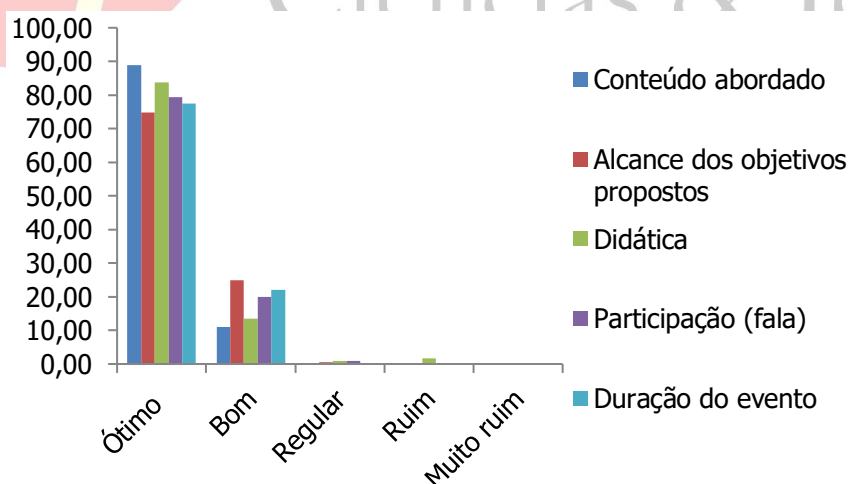


Figura 6: Avaliação das oficinas
Fonte: os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE é o programa de políticas públicas mais antigo do Brasil, apresenta capilaridade territorial em todos os municípios brasileiros, considerado também como um dos maiores programas de alimentação do mundo, por tal, nesse contexto se faz justo e necessário atenção e inovação em

capacitações e formações diversificadas e direcionadas aos atores PNAE, a fim de atender todas as demandas do Programa. Nesse quesito, o uso de metodologias ativas, com abordagem de atividades lúdicas aproximou e integrou a participação dos atores PNAE envolvidos na formação. A adoção de metodologias ativas permite a tradução de documentos técnicos a exemplo das normativas que vigoram sobre o Programa de difícil compreensão em uma linguagem simples e de fácil entendimento de modo a garantir a participação dos agricultores familiares nas chamadas públicas.

O presente estudo mostrou a importância e aplicabilidade das oficinas possibilitando a formação dos agricultores familiares, levando-os a pensar em meios que facilitem a sua inserção no PNAE. Pensar em instrumentos e recurso que permitam a interação e envolvimento dos agricultores nas formações junto aos demais atores é necessário, de forma a criar um ambiente de diálogo participativo, aprendizado significativo, de abordagem clara e simulação realística. Essa abordagem favorece a troca de saberes, valoriza a cultura local e estimula a corresponsabilidade, consolidando o PNAE não apenas como uma política de alimentação, mas como um espaço de construção coletiva e valorização da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Codex - Portugal: Porto, 1994. cap. 1 e 2, p. 15 -80.

BONNEY, K.M. Case study teaching method improves student performance and perceptions of learning gains. **Microbiol Biol Educ**, v. 16, n. 1, p. 21-28, 2015.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). CECANE UFRGS. - 2. ed. – Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Pub. Diário Oficial da União. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno de compras da agricultura familiar para o PNAE [livro eletrônico] / Ministério da Educação; [organização Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar da Diretoria de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] (CGPAE/DIRAE-FNDE). Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012 [acesso 2013 jun 5]. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>

CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

CHACON, F. M. N. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: trajetória, êxitos e desafios (2003-2022)**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade de Brasília.

Brasília, 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/47653>. Acesso em: 29/02/2024.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar para sua participação no plano ABC+. **Instituto de pesquisa econômica aplicada IPEA**. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2966-port>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12908/2/TD_2966_sumex.pdf. Acesso: 29/02/2024.

DEGGERONE, Z. A.; MOURAD, L. A. F. A. P.; CENCI, A. A. B. D. Uma experiência de extensão crítica: formação de agricultores familiares no rio grande do sul. **Revista NIPEAS: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais**, 1, e13311-e13311. 2023. DOI: <https://doi.org/10.36661/2965-4009.2023v1.13311>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/nipeas/article/view/13311>. Acesso em: 05/03/2024.

ELIAS, M. B. M. S. **O plano ABC e a redução da emissão de carbono na agricultura brasileira: as obrigações internacionais assumidas pelo Estado brasileiro para a mitigação das mudanças climáticas**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Direito político e Econômico) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023. Disponível em: https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/378a63d2-0019-43fe-b101_7a3cce71b908/content.

GIRARDI, M. W.; FABRI, R. K.; BIANCHINI, V. U.; MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Oferta de preparações culinárias e alimentos regionais e da sociobiodiversidade na alimentação escolar: um estudo na Região Sul do Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 29-44, 2018. DOI: 10.20396/san.v25i3.8652261.

HENDLER, V. M.; RUIZ, E. N. F.; OLIVEIRA, L. D. Sociobiodiversidade na Alimentação Escolar: os desafios e as potencialidades de um campo em construção no município de Mostardas-RS. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, p.e220289pt, 2023.

KUNKEL, D. E.; TIETZE, M. F.; WILSON, M.; FANT, C. T.; RIVARD, M. J.; BELCHEZ, C. A.; FORMAN, T.M.; HUSSON, N. M. Creating case studies for digital health and technology competency in nursing. **Nurse Educator**, v. 49, n. 1, p. 31-35, 2024.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

ROCKETT, F. C.; CORRÊA, R. S.; PIRES, G. C.; MACHADO, L. S.; HOERLLE, F. S.; SOUZA, C. P. M.; OLIVEIRA, A. B. A. Agricultura familiar e alimentação escolar no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 49, n. 2, e20180561, 2019.

SANTOS, M. A. G. N. FARIA, A. S.; SILVA, E. R.; MILAGRE, M. E. P. O uso de jogos e brincadeiras no processo de alfabetização e letramento na educação infantil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v.11, n. 26, p168-187, 2024.

SESHAN, V. MATUA, G. A.; RAGHAVAN, D.; ARULAPPAN, J. HASHMI, I. A.; ROACH, E. J.; SUNDERRAI, S. E.; PRINCE, E. J. Case study analysis as an effective teaching strategy: perceptions of undergraduate nursing students from a middle eastern country. **SAGE Open Nursing**, v. 7, p. 23779608211059265, 2021.

SILVA, F. C.; VERANO, T. C.; CUNHA, C. A.; WANDER, A. E. A análise da comercialização institucional da agricultura familiar via PNAE no Território Rural Médio Araguaia, Goiás: possibilidades e limites da abordagem da nova economia institucional. **Interações**, v. 21, n. 4, p. 831-848, 2020.

SIMONCIN, J. B. V. B.; SIMONCIN, J. B. V. B.; TANAGINO, P. I. D.; MOREIRA, A. V. B. M.; RODRIGUES, A. C. P.; AVIDAGO, M. C. D.; OLIVEIRA, A. B. C.; AZEVEDO, V. S. C.; SARAIVA, M. F. CULINÁRIA QUILOMBOLA. **ANALECTA-Centro Universitário Academia**, v.9, n1, 2024.

SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019. DOI: 10.17058/redes.v24i1.13036.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v.28, p.e021006-e021006, 2021. Doi.org/10.20396/san.v28i00.8661396.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S.; ATKINS, V. J.; BAKER, P. I.; BOGARD, J. R.; BRINDEN, H.; CALVILLO, A.; SCHUTTER, O.; DEVARAJAN, R.; EZZATI, M.; FRIEL, S.; GOENKA, S.; HAMMOND, R. A.; HASTINGS, G.; HAWKES, C.; HERRERO, M.; HOVMAND, P. S.; HOWDEN, M.; JAACKS, L. M.; KAPETANAKI, A. B.; KASMAN, M.; KUHNLEIN, H. V.; KUMANYIKA, S. K.; LARIJANI, B.; LOBSTEIN, T.; LONG, M. W.; MATSUDO, V. K. R.; MILLS, S. D. H.; MORGAN, G.; MORSHED, A.; NECE, P. M.; PAN, A.; PATTERSON, D. W.; SACKS, G.; SHEKAR, M.; SIMMONS, G. L.; SMIT, W.; TOOTEE, A.; VANDEVIJVERE, S.; WATERLANDER, W. E.; WOLFENDEN, L.; DIETZ, W. H. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v.393, n.10173, p.791-846. 2019.



Revista
Ciências & Ideias